SENGE-PR

JORNAL DO
ENGENHEIRO

Nº 06 ANO II | FEVEREIRO 2017

INFORMATIVO MENSAL DO SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO PARANÁ

Filiado à fisenge Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros

A falácia do rombo da previdência

Com campanha midiática milionária e pressão no Congresso, Governo Temer quer aprovar reforma da previdência num formato que tornará quase impossível a aposentadoria. *.....Página 6*

A engenharia em debate

A ser promovida pela Fisenge junto com o Senge no Paraná, a 11.ª edição do Consenge, principal fórum de engenharia do país, terá como desafio debater a profissão em um momento de resistência à agenda de retirada de direitos e de ataque à engenharia nacional. / **Página 3 •**

Eleições Sindicais

Que tal fazer parte da direção do seu sindicato e começar a atuar na defesa dos profissionais da sua categoria? Então este é o momento. Estão abertas as inscrições de chapas as eleições do Senge para o triênio 2017/2020. | **Página 5 •**

Negociações Coletivas

Contrariando um cenário econômico de recessão e retrocessos trabalhistas, o Senge vem ampliando os espaços de negociação e defesa dos direitos dos engenheiros. Nos últimos anos, o número de acordos dobrou. Confira o resultado. | **Página 9 •**

Um governo a serviço dos interesses privados

Nesse cenário de reformas pautadas na desconstrução de conquistas, o papel do Senge e das demais entidades representativas das categorias é ainda mais imprescindível, como eco dos interesses dos trabalhadores.

O ano de 2017 começou com sinais de que a democracia brasileira vai de mal a pior. A baixa popularidade e a falta de credibilidade têm sido ignoradas pelo presidente Michel Temer (PMDB), que dia após dia, desde que assumiu o cargo, governa para atender aos interesses da entidades patronais e da iniciativa privada.

No apagar das luzes de 2016, Temer lançou uma nova Medida Provisória e um Projeto de Lei (PL) com a intenção de flexibilizar as leis trabalhistas. A lógica do "acordado sobre o legislado", prevista no PL de Temer, é marca do desmonte que se pretende fazer na estrutura das leis trabalhistas. Ela possibilita que acordos ou convenções coletivas possam se sobrepor à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Caso seja aceita pelo Congresso, esse PL derrubará por terra os direitos conquistados pelas categorias ao longo da história e fará da CLT um conjunto de previsões inutilizadas. Na prática, independente da circunstância em que sejam firmados ou se retrocedem em direitos já conquistados, os próprios acordos serão a lei.

A lógica do "acordado sobre o legislado", prevista no PL de Temer, é marca do desmonte que se pretende fazer na estrutura das leis trabalhistas.

Nessa lógica, a garantia de direitos mínimos corre o risco de ser ignorada por força de acordo e negociações. E é aí que a pressão do mercado, juntamente com o assédio de empressas, forçarão aos trabalhadores e aceitarem acordos que derrubam cada vez mais seus direitos. Um exemplo é o próprio piso profissional, que aos moldes do PL, mesmo sendo previsto em lei, pode ser desconiderado nos acordos.

Mas o retrocesso trabalhista proposto por Temer não é um movimento isolado. Muito pelo contrário. Na Câmara e no Senado, inúmeros projetos têm por justificativa a necessidade de "modernização" e "flexibilização" do trabalho para enfrentamento da crise econômica, mas como consequência o aumento do desemprego, a precarização, a terceirização e o adoecimento dos trabalhadores.

Se as investidas para a reforma trabalhista poderão transformar para pior o nosso presente, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287 de reforma da previdência ameaça o futuro daqueles que vivem do trabalho. Extinção da idade mínima para a aposentadoria; equiparação de homens e mulheres para se aposentarem aos 65 anos; modificação do objetivo da modalidade especial – medida que afeta diretamente os engenheiros; desvinculação de reajuste de benefícios do salário mínimo. Esses e outros pontos apresentados por Temer ao Congresso irão desmantelar as garantias previdenciárias previstas hoje na Constituição Federal.

Nesse cenário de reformas pautadas na desconstrução de conquistas, o papel do Senge e das demais entidades representativas das categorias é ainda mais imprescindível, como eco dos interesses dos trabalhadores.

O Senge está imerso nas discussões e mobilizações acerca da manutenção dos direitos sociais e, inclusive, será anfitrião do Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), previsto para o mês de setembro, em Curitiba. Antes disso, em março, pelo menos três mobilizações nacionais darão sinal do quanto a sociedade em geral discorda dos retrocessos impostos pelo atual governo, em aliança com parte significativa do Congresso. A reação precisa ser de todos nós.

Senge-PR

Carlos Roberto Bittencourt
Presidente do Senge-PR

EXPEDIENTE

Diretoria Executiva
Diretor-Presidente
Engº. Agrônomo Carlos Roberto BITTENCOURT
Vice-Presidente
Engº. Civil Valter FANINI
Diretora-Secretária
Engª. Civil ANGELA Doubek
Diretor-Secretário Adjunto
Engº. Agrônomo MARCOS Valério de Freitas ANDERSEN
Diretor Financeiro
Engº. Eletricista LEANDRO José Grassmann
Diretor Financeiro Adjunto
Engº. Eletricista Jorge Irineu DEMÉTRIO

Diretoria Colegiada
Engº. Civil CÍCERO Martins Junior; Engº. Agrônomo CLAUDINEI Pedroso Ribas; Engº. Civil CLEVERSON de Freitas; Engº. Eletricista CLODOMIRO Onésimo da Silva; Engª. Civil EDILENE Pires da Silva Andreiu; Engº. Eletricista ELOI Rufato Junior; Engº. Civil HÉLIO Sabino DEITOS; Engº. Civil JOSÉ RICARDO Vargas de Faria; Engº. Agrônomo MÁRCIO da Silva; Engª. Agrônoma MARY STELA Bischof; Engº. Eletricista MAURÍCIO Camilo Cesconetto Rodrigues; Engº. Agrônomo RAUL Henrique Brianese; Engª. Agrônoma SANDRA Cristina Lins dos Santos; Engº. Civil TELÉSFORO Liz de Oliveira, Engº. Civil THEODÓZIO Stachera Júnior, Engº. Eletricista ULISSES Kaniak, Engº. de Produção VICTOR Meireles Sampaio de Araújo.

Diretorias Regionais
Campo Mourão - Engº. Agrônomo Manoel Genildo PEQUENO
Cascavel – Engº. Civil NELSON Müller Junior
Francisco Beltrão - Engº. Civil Ricardo S. Farias FREGONESE
Foz do Iguaçu - Engº. Eletricista JOSÉ Quirilos ASSIS Neto
Londrina - Engº. Eletricista NILTON Camargo COSTA
Maringá - Engº. Civil SAMIR Jorge
Pato Branco - Engª. Agrônoma ROSANE Dalpiva Bragatto (licenciada)
Ponta Grossa - Engª. Civil MARGOLAINE Giacchini

Conselho Editorial
Carlos Roberto BITTENCOURT, Valter FANINI, LEANDRO José Grassmann, ULISSES Kaniak, CÍCERO Martins Junior, CLAUDINEI Pedroso Ribas.

Senge-PR
Rua Marechal Deodoro, 630, 22.º andar. Centro Comercial Itália (CCI). CEP 80010-912 - Curitiba-PR
Tel./fax: (41) 3224 7536. senge-pr@senge-pr.org.br

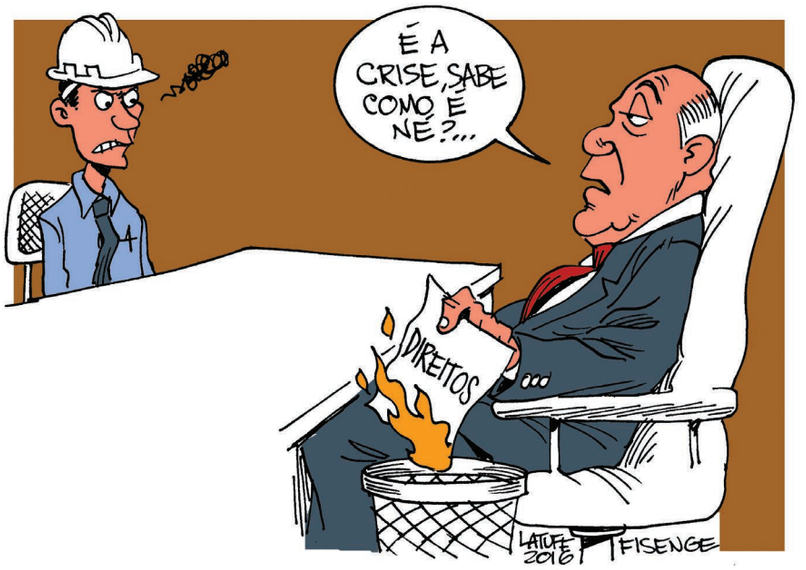
Redação
Alexsandro Teixeira Ribeiro (MTB 9.177/PR)
Ednubia Ghisi (MTB 8.997/PR)

Acesse: www.senge-pr.org.br
/sengepr /sengepr

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores.

Eventos neste ano buscam o fortalecimento dos engenheiros e da engenharia nacional

O Paraná como palco do Congresso Nacional de Engenharia e debates sobre a profissão e soberania nacional, eventos estudantis sobre o papel dos futuros profissionais na sociedade e a urgência em promover a defesa das empresas públicas de engenharia. A agenda do sindicato deste ano promete muita resistência e defesa da categoria. Confira!



Quanto mais engenheiros estão saindo do mercado de trabalho, menos estão conseguindo ingressar em novos postos. Entre janeiro e outubro de 2016, o número de engenheiros desligados de postos de trabalho foi de 39 mil. O númerdo dos que ingressaram em novas vagas, no entanto, foi menor, apenas 25 mil engenheiros.

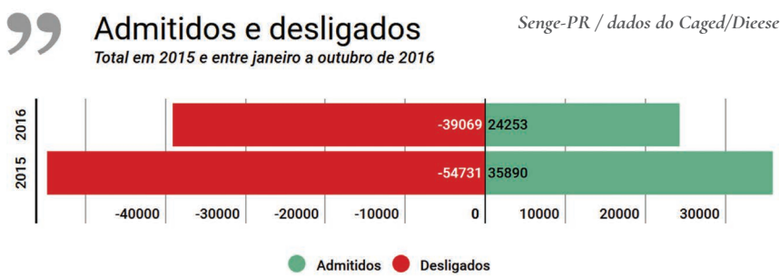
"A engenharia nacional está sob ataque. E as investidas são de várias frentes. Há o desmantelamento de estatais de engenharia que são fundamentais para o investimento público e estruturais para o crescimento econômico nacional. Na outra ponta, empresas de engenharia são prejudicadas em investigações seletivas e escusas. Somado a cenário de desinvestimento, forma-se o quadro perfeito para que o mercado dite as regras da seleção, achate os salários e diminua cada vez mais postos de trabalho na engenharia", analisa o presidente do Senge, Carlos Roberto Bittencourt.

Os dados do mercado de trabalho, compilados pelo Dieese junto ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (Caged/MTE), revelam um abismo entre demissões e contratações em um cenário que deveria ser de equilíbrio. A conta não está fechando. E não é de agora. Em 2015, 54 mil engenheiros foram desligados e apenas 35 mil foram admitidos. O quadro geral da engenharia, no entanto, pode ser ainda pior. Isso porque os dados do Caged são apenas para os registrados em regime CLT.

E o que fazer? Mobilizar, unir a categoria e lutar, é o que aponta Bittencourt. "Defender as conquistas trabalhistas, as instituições de representação da categoria, como o Senge e a Fisenge, e fortalecer a categoria, a engenharia e a soberania nacional. A ação deve ser urgente com a união da categoria, na luta para garantir a defesa das empresas de engenharia, fragilizadas em detrimento do capital estrangeiro, combater o desmantelamento da Constituição e da CLT e retomar investimentos públicos".

As medidas no plano nacional como o congelamento de investimento público para os próximos 20 anos, a estagnação do salário mínimo e consequentemente do piso profissional da engenharia e ampliação drástica do tempo de contribuição para aposentadoria pelo regime geral da previdência. Tais medidas atendem a um setor da sociedade que sobrevive da especulação financeira. É dever dos Sindicatos combater os retrocessos.

"As ações conservadoras que vêm sendo aprovadas e apresentadas ao longo do ano passado e no início de 2017 representarão mais um passo na consolidação do processo recessivo da economia, na redução de investimentos e numa ameaça ao emprego dos engenheiros. O que na verdade está por trás da cortina do que o governo federal chama de Ajuste Fiscal é o interesse de setor financeiro e outros que querem ganhar dinheiro com a privatização da Saúde, da previdência e da educação".



Senge-PR / dados do Caged/Dieese

A engenharia como foco do debate nacional

Senge-PR

Junto com a Fisenge, o Senge está na coordenação do 11.º Consenge, evento nacional que debaterá, no Paraná, a engenharia e da soberania nacional

Um dos espaços de debate da engenharia e de fortalecimento das pautas dos trabalhadores neste ano será a 11.ª edição do Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), principal fórum de debate da categoria, com repercussão em todos os estados. Promovido pela Fisenge, o evento será sediado em Curitiba.

Sob o tema "Resistir! Em defesa da engenharia e da soberania nacional", o desafio do evento, segundo o presidente da Fisenge, Clóvis Nascimento, será justamente refletir o momento de resistência à agenda de retirada de direitos e de ataque à engenharia nacional.

"Retrocessos, retirada de direitos trabalhistas e sociais, narrativas de ódio e destruição da engenharia nacional são alguns dos fatores que estão permeando o atual momento

histórico no Brasil. É preciso fortalecer a resistência e lutar pela manutenção dos postos de trabalho, pelos direitos trabalhistas e sociais, pela democracia e pela engenharia brasileira".

No evento, a ser realizado entre os dias 6 e 9 de setembro, o Senge será o responsável, sobretudo, pelas propostas de debates nos temas relacionados a resistência social e sindical e sobre políticas públicas com visão soberana de estado. Antes do evento nacional, em meados deste ano, o Senge promoverá em Curitiba e nas regionais os debates prévios, abertos à participação de toda a categoria.

"É fundamental que os engenheiros do Paraná participem dos encontros regionais do Consenge, principalmente porque os temas estão estritamente relacionados à defesa da engenharia e da categoria, e servirão de plano de ações frente às medidas conservadoras que vêm atingindo nossa profissão de uma forma profunda. Podemos levar muito tempo para nos recuperarmos dos impactos", conclama Bittencourt.

No Senge, reformas conservadoras no governo federal serão pautas em debate constante

Além de encabeçar junto com a Fisenge a promoção do Consenge aqui no Paraná, o Senge também realizará uma série de debates, palestras e mobilizações tendo como temas principais as mudanças legislativas nacionais de impacto aos trabalhadores.

O tema de capa da atual edição do Jornal do Engenheiro já indica que a orientação dos debates neste ano será para a conscientização da categoria sobre as manobras nacionais de cerceamento dos direitos sociais e trabalhistas e de ataque à Constituição. Em todos os jornais serão abordados, com participação de especialistas nas áreas e com análise crítica, a desconstrução do discurso, por exemplo, do deficit da previdência, publicado diariamente pelo governo federal de forma falaciosa nos grandes veículos de comunicação. E isso com recurso público. Segundo dados do governo federal conseguidos pelo Senge por meio da Lei de Acesso à informação, somente em dezembro o governo gastou R$ 13,5 milhões, dos quais R$ 2,3 milhões apenas em inserções publicitárias na Globo, veiculando no intervalo dos jornais, novelas e programas de palco.

Outras medidas de debate do Sindicato se darão com a participação da assessoria jurídica, com a análise no campo do direito trabalhista e previdenciário. "Já realizamos nos anos anteriores palestras em Curitiba e nas regionais sobre previdência e sobre atualização de ações movidas pelo Senge. Mas neste ano a temática será mais ampla e sobretudo abarcando temas que tenham um impacto maior na carreira dos engenheiros, como o da reforma da previdência e seus reflexos na aposentadoria especial, na previdência dos estatutários e outras alterações para os profissionais de engenharia. O objetivo é esclarecer as dúvidas e ampliar o debate sobre as ações do Sindicato e o que está acontecendo no plano nacional acerca dos direitos dos trabalhadores", afirma o coordenador jurídico do Senge, Guilherme Bednarczuk.

Senge-PR

Impactos das reformas trabalhista e previdenciária sob aspectos jurídicos serão temas de palestras do Senge ao longo do ano, afirma coordenador jurídico do Senge, Guilherme Bednarczuk.

arte divulgação

veiculado nas redes sociais, campanha promovida pelo Senge Jovem e C7 combatem a discriminação e os abusos durante os trotes universitários.

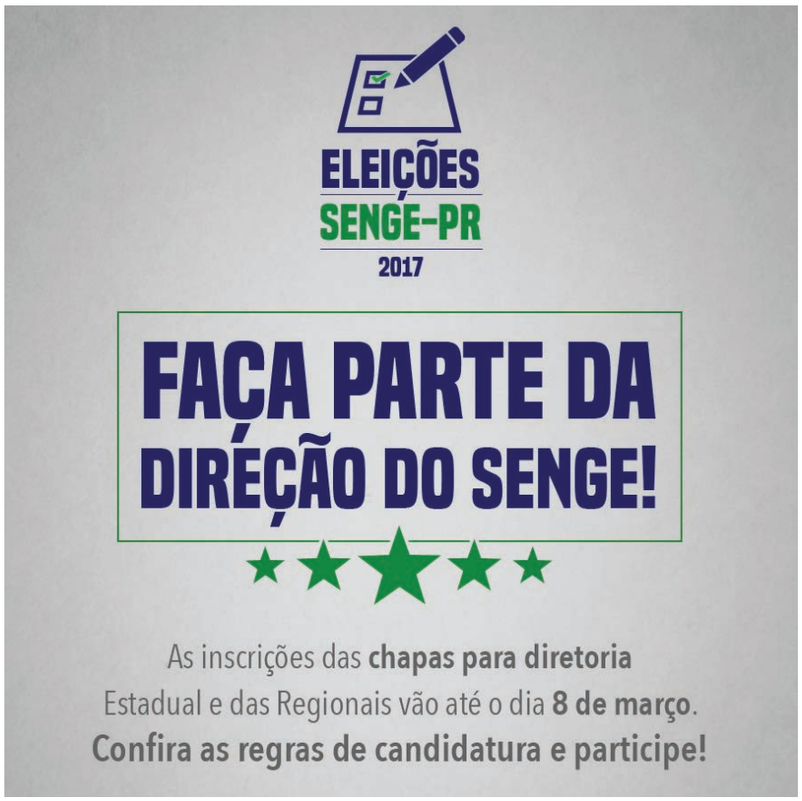
Em Campanha, Senge Jovem promove conscientização no trote acadêmico

"Trote é para integrar, não para oprimir". Este é o mote da campanha virtual criada pelo Senge Jovem e pelo Conselho dos Estudantes do Setor de Tecnologia da UFPR contra os abusos recorrentes em trotes acadêmicos.

"Cada vez mais vemos na mídia e vivenciamos no meio acadêmicos abusos de estudantes nos trotes em vários cursos pelo Brasil. São as mais diversas formas de agressões verbais e físicas, humilhações e em alguns casos chegam a trágicas consequências. É nosso dever combater esse tipo de atitude, e uma dessas formas é por meio da conscientização e do alerta aos veteranos", afirma a presidente do Centro Acadêmico de engenharia química pela UFPR e coordenadora da regional do Senge Jovem em Curitiba, Letícia Partala.

A campanha é composta por cinco peças publicitárias veiculadas nas redes sociais das entidades e compartilhadas pelos estudantes. Nelas, além do mote eleito para a mobilização deste ano, as entidades fazem apelo para os veteranos contra trotes expositórios, racistas, transfóbico, homofóbico e machista.

As entidades entendem que nenhum estudante pode ser obrigado a participar de trotes universitários, e recomendam aos veteranos que respeitem os calouros e suas decisões, bem como construam trotes solidários, cujos retornos à universidade e à sociedade são bem mais vantajosos e avançam na prática da cidadania.



Seja diretor do Senge, participe das eleições sindicais

Já pensou em fazer parte da direção do Senge e atuar na defesa da sua própria categoria? Inscreva a sua chapa até o dia 8 de março e participe das eleições sindicais do Senge. Para fazer parte do quadro diretivo da entidade você tem que ser associado com ao menos quatro meses de filiação, estar com a mensalidade em dia e cumprir com as demais exigências do regimento eleitoral da entidade.

A nova direção ficará no comando do Sindicato e das regionais na gestão que compreende o triênio 2017/2020.

A inscrição é feita somente por chapas. Isso é válido tanto para a direção colegiada e para o conselho fiscal, quanto para as direções das regionais do Sindicato. A candidatura pode ser registrada até as 18 horas do dia 8 de março na sede do Sindicato em Curitiba ou nas regionais da entidade.

A partir deste ano o Senge passa a contar com a integração de duas regionais. Conforme definição do Conselho Deliberativo do Sindicato, em novembro passado, as regionais de Pato Branco e Francisco Beltrão passam a fazer parte da Diretoria Regional Sudoeste.

Com isso, a entidade contará com sete regionais: Londrina, Cascavel, Maringá, Campo Mourão, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa e Sudoeste. A eleição será entre os dias 17 e 19 de abril, tanto pelo sistema eleitoral do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-PR) rea na plataforma online, disponível no período de forma ininterrupta, quanto presencialmente na sede do Senge em Curitiba e nos escritórios das regionais da entidade.

Confira ao lado o edital de convocação, originalmente publicado no jornal Gazeta do Povo na edição de 8 de fevereiro de 2017. E veja no site do Senge o regimento eleitoral e os horários de funcionamento da sede e das regionais do Sindicato.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÕES SINDICAIS

Por este Edital, no uso de suas atribuições estatutárias, o Diretor-Presidente do SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO PARANÁ, SENGE-PR, conforme composição prevista em seu Estatuto, Regimento Eleitoral e Regimento para Diretorias Regionais, convoca ELEIÇÕES gerais para DIRETORIA COLEGIADA e CONSELHO FISCAL, bem como para suas DIRETORIAS REGIONAIS de Campo Mourão, Cascavel, Foz do Iguaçu, Maringá, Londrina, Ponta Grossa e Regional do Sudoeste do Paraná com sede em Francisco Beltrão, para o exercício do mandato relativo ao triênio 2017-2020. As eleições em primeiro escrutínio serão realizadas da seguinte forma: a) eletronicamente pelo sistema de eleições do CREA-PR, com início às 9 horas do dia 17 de abril de 2017 até as 20 horas do dia 19 de abril de 2017, ininterruptamente; b) presencialmente por cédulas nos dias 17, 18 e 19 de abril de 2017, no horário das 9 horas às 20 horas, na sede do SENGE-PR, à Rua Marechal Deodoro, 630, 22º andar, Ed. Condomínio Centro Comercial Itália, em Curitiba – Paraná, nas sedes das Diretorias Regionais e outros locais designados e divulgados antecipadamente pela Comissão Eleitoral. A votação por cédulas será em voto separado para posterior análise da Comissão Eleitoral. O prazo para registro de chapas inicia-se na data da publicação do presente edital, encerrando-se às 18 horas do dia 08 de março de 2017. O requerimento de inscrição em 2 vias deverá ser dirigido ao Presidente da Comissão Eleitoral acompanhado de todos os documentos exigidos pelo Regimento Eleitoral e assinado por representante da chapa. Para Diretoria Colegiada e Conselho Fiscal o registro das chapas far-se-á exclusivamente na secretaria do SENGE-PR, em sua sede situada em Curitiba, no horário das 9 horas às 18 horas de segunda-feira a sexta-feira, onde poderão ser prestadas as informações concernentes ao processo eleitoral, recebimento de documentação e fornecimento do correspondente recibo de registro. A composição dos membros da Diretoria Colegiada e Conselho Fiscal encontra-se no Estatuto em seu artigo 20 e parágrafos seguintes e artigo 45. Para candidaturas de chapas para Diretorias Regionais, a inscrição poderá ser protocolada nas sedes das respectivas regionais, que encaminharão à Comissão Eleitoral. Horário de funcionamento das sedes das regionais encontram-se no site www.senge-pr.org.br. O número mínimo e máximo de diretores regionais será conforme Estatuto no seu Artigo 32, Parágrafo Único e suas alíneas. O prazo para impugnação de candidaturas será de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da publicação da relação nominal das chapas registradas, a qual será analisada dentro de 3 (três) dias úteis após o término do prazo de inscrição. Caso o primeiro escrutínio não atinja o quorum de 1/5 (um quinto) dos associados aptos a votar, será realizado segundo escrutínio nos dias 2, 3 e 4 de maio de 2017, nas mesmas condições anteriores, com o quorum mínimo de 1/10 (um décimo). O processo eleitoral será conduzido pela Comissão Eleitoral, obedecendo aos dispositivos do Estatuto do Sindicato, de seu Regimento Eleitoral e Regimento para DIRETORIAS REGIONAIS, cujas cópias de tais documentos estarão a disposição dos interessados na sede do SENGE-PR em Curitiba.

Curitiba, 08 de fevereiro de 2017.
Carlos Roberto Bittencourt - Diretor Presidente

Inscrição das Chapas

*Data limite: **8 de março, às 18 horas.***
Local de inscrição: Sede do Senge em Curitiba e nas regionais da entidade.

Eleição

*Entre os dias **17 e 19 de abril.***

Formas de votação

- ***Online**, pelo sistema do Crea, das 9 horas do dia 17 de abril até as 20 horas do dia 19 de abril, ininterruptamente.*
- ***Presencialmente**, na sede do Senge ou nas regionais, entre os dias 17 e 19 de abril, conforme horários de funcionamento dos escritórios.*

Trabalhadores com o futuro na corda bamba

Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip) garante haver superávit nas contas da previdência social.

Aos 22 anos, um jovem engenheiro sai da universidade e ingressa imediatamente em um trabalho com carteira assinada. Ao longo da carreira, muda de vínculo empregatício algumas vezes, mas consegue o feito de ter 35 anos ininterruptos de contribuição previdenciária. As mais de três décadas de trabalho lhe dão direito a aposentadoria por tempo de serviço. No caso de uma trabalhadora, esse tempo de contribuição é de 30 anos.

Os termos do direito previdenciário garantidos hoje para engenheiros e trabalhadores no geral sofrerão alterações profundas, caso seja aprovada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287, de iniciativa do governo de Michel Temer (PMDB). Entre as mudanças está a extinção da aposentadoria por tempo de trabalho. Portanto, se hoje o engenheiro apresentado como exemplo pode aposentar-se aos 57 anos, precisará atingir idade mínima de 65 anos, ou seja, sete anos a mais de contribuição.

Outro quesito da reforma é alcançar 25 anos de contribuição, circunstância em que a aposentadoria será com 76% do valor do benefício: resultante de 51% da média dos 80% melhores contribuições, mais 1% por cada ano pago. Para se aposentar com 100% do benefício, será preciso contribuir 49 anos – equivalente à soma dos 25 anos obrigatórios com mais 24 anos. No caso hipotético do engenheiro citado no início do texto, esse dia chegaria aos seus 71 anos.

Desde que foi apresentada ao Congresso Nacional em dezembro passado, a PEC 287 vem sofrendo manifestações públicas e posicionamentos contrários, vindos de diversos setores da sociedade.

A Confederação Nacional de Trabalhadores da Indústria Química (CNTQ) e mais dois sindicatos pediram no Supremo Tribunal Federal (STF) a suspensão imediata da tramitação da proposta, com base no argumento de que o projeto fere preceitos fundamentais e cláusulas pétreas da Constituição, portanto, que não poderiam ser alteradas por meio de PEC. Em janeiro, Rodrigo Janot, procurador-geral da República, e Alberto Cascais, advogado-geral do Senado, posicionaram-se diante do STF contra a interrupção da tramitação da reforma.

Em fevereiro, o deputado Carlos Marun (PMDB-MS) foi escolhido como presidente da Comissão Especial da reforma na Câmara. Membro da bancada ruralista, Marun é um dos principais aliados de Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Em dezembro, o deputado visitou Cunha na prisão em Pinhais (PR), em viagem custeada por recursos da cota parlamentar.

Recém empossado, o deputado disse em entrevista transmitida pela internet que é necessária a aprovação do texto da PEC na Câmara entre o fim de abril e o início de maio, para que a proposta siga ao Senado.

A conta que não fecha

O principal argumento utilizado pelo governo Temer para justificar a PEC 287 é a existência de um "rombo na previdência", calculado em R$ 85,8 bilhões, somente em 2015. No entendo, entidades e especialistas na área apontam equívocos na maneira como o governo identifica receitas e despesas para chegar ao déficit. Utilizando os mesmo dados, a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip) garante haver um superávit de R$ 11 bilhões para o mesmo período.

Isso ocorre porque a contagem do governo considera somente a receita de contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e subtrai o valor dos benefícios pagos aos trabalhadores. Essa interpretação ignora o artigo 194 da Constituição Federal, que inclui a previdência social entre o tripé da chamada seguridade social, que "compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social".

De acordo com a Constituição, a seguridade deve ser custeada pelas contribuições dos entes da federação (união, estados e municípios) e por toda a sociedade, com incidência sobre folha de salário, faturamento, receita, lucro e jogos (como Loteria Federal). O valor arrecadado pela seguridade deveria ser dividido em rubricas para os três componentes da seguridade.

Melissa Folmann, advogada e mestre em direito previdenciário, aponta ser esse o ponto chave na contradição do argumento utilizado pelo governo: "É aqui que começa o conflito, porque a fonte de arrecadação que vai para a seguridade social tem ano a ano sofrido perdas", com isenções, desonerações, perdões de dívidas e com a Desvinculação dos Recursos da União (DRU), explica. "Talvez o argumento da reforma tenha gerado uma repercussão tão negativa por conta do argumento ser somente o déficit. Mas a população entende um pouco de economia também e começa a questionar", provoca.

Calcule como a PEC 287 pode IMPACTAR O SEU FUTURO

CONHEÇA OS PONTOS CRÍTICOS DA PEC

HOMENS

- **Idade mínima:** de 60 para 65 anos;
- **Tempo mínimo:** de 15 para 25 anos, mas somente quando atingir 65 anos;
- **Regra de transição:** homens com 50 anos ou mais poderiam se aposentar pelas regras atuais, desde que paguem "pedágio" de 50% sobre o tempo que faltava para a aposentadoria (por exemplo: se for um ano, terá de trabalhar um e meio);
- **Pensão por morte:** passaria de integral para 50%, mais 10% por dependente, para todos os segurados (INSS e serviço público). Além disso, as pensões também não poderiam mais ser acumuladas.
- **Desvinculação do Salário mínimo:** o piso previdenciário das pensões por morte e os benefícios assistenciais (Loas) seriam desvinculados do salário mínimo, o que resultaria em achatamento do valor.

MULHERES

- **Idade mínima:** de 55 para 65 anos;
- **Tempo mínimo:** de 15 para 25 anos, mas somente quando atingir 65 anos;
- **Regra de transição:** mulheres com 45 anos ou mais poderiam se aposentar pelas regras atuais, desde que paguem "pedágio" de 50% sobre o tempo que faltava para a aposentadoria (por exemplo: se for um ano, terá de trabalhar um e meio);
- **Pensão por morte:** passaria de integral para 50%, mais 10% por dependente, para todos os segurados (INSS e serviço público). Além disso, as pensões também não poderiam mais ser acumuladas.
- **Desvinculação do Salário mínimo:** o piso previdenciário das pensões por morte e os benefícios assistenciais (Loas) seriam desvinculados do salário mínimo, o que resultaria em achatamento do valor.

Ednubia Ghisi

Melissa Folmann é advogada, mestre em direito previdenciário, professora da Escola da Magistratura Federal do Paraná (Esmafe), coordenadora da Revista Brasileira de Direito Previdenciário da LexMagister, diretora do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário e membro do Conselho Deliberativo da OABPREV/PR.

> "A proposta [PEC 287] acaba com a aposentadoria especial e cria uma aposentadoria quase que por incapacidade, pois provar o dano é provar que a pessoa ficou com a doença resultante do trabalho"
>
> Melissa Folmann, advogada e mestre em direito previdenciário.

Em agosto de 2016, o Senado Federal aprovou PEC 31, que prorrogou o uso da DRU até 2023, ampliando de 20% para 30% o volume de impostos e contribuições que poderão ser remanejadas livremente pela União, por exemplo, para o pagamento da dívida pública. Naquele período, a expectativa era de que o mecanismo liberaria R$ 117,7 bilhões para uso do Executivo no mesmo ano. Segundo a Anfip, entre 2010 a 2014 cerca de R$230,5 bilhões foram retirados do orçamento da seguridade social para outros fins.

Outro valor desconsiderado nas conta do governo são os R$ 40.1 milhões de renúncia previdenciária em 2015 - oriundos de isenções concedidas ao Simples Nacional, a Entidades Filantrópicas, ao Microempreendedor Individual, à Exportação da Produção Rural, entre outros. Também elevaria a soma geral da receita da seguridade a inclusão de fontes como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), e o PIS-Pasep, que ficam de fora dos cálculos do governo.

Somado aos argumentos contrários à reforma está a necessidade de superar a sonegação fiscal, que chega a 27% do total que deveria ser pago em imposto pelo setor privado, de acordo com o informe anual da Organização das Nações Unidas (ONU), referente a 2015. O valor chega a R$ 500 bilhões, quantia próxima ao gasto com a previdência social no Brasil.

Para a advogada Melissa Folmann, a proposta de reforma da previdência deveria ser elaborada a partir de um estudo atuarial do regime geral, que consiste na identificação de fatores como o envelhecimento da população, previsão de pessoas vão precisar da previdência a longo prazo, estimativas do valor a ser gerado em recolhimento, entre outros.

Aposentadoria especial pode ser "Banida do sistema"

Engenheiros de diferentes modalidades, quando trabalham em atividades de risco, têm direito à aposentadoria especial com 25 anos de atividade. Trabalhadores da mineração, metalúrgicos, pilotos e professores, por exemplo, também se enquadram nesse benefício.

A PEC da reforma da previdência propõe a mudança de um termo, que transforma a interpretação sobre que trabalhadores têm direito à aposentadoria especial. Enquanto a lei atual afirma a necessidade de se comprovar "efetivo risco à saúde e à integridade física", a PEC sugere a comprovação de "efetivo dano" à saúde.

Na avaliação da advogada Melissa Folmann, da maneira como está colocada na reforma, o benefício especial será praticamente "banida do sistema". Isso ocorrerá pela falta de clareza das regras novas e pela modificação da finalidade da aposentadoria especial. "A proposta [PEC 287] acaba com a aposentadoria especial e cria uma aposentadoria quase que por incapacidade, pois provar o dano é provar que a pessoa ficou com a doença resultante do trabalho", conclui.

A nova redação também retoma uma previsão criada na Lei Orgânica da Previdência Social de 1960, e fixa a idade mínima de 50 anos para essa modalidade de aposentadoria. Desde 1991, a Lei foi modificada para os parâmetros utilizada até hoje, que não preveem idade mínima.

Mobilizações da sociedade

As posições contrárias à reforma vêm de diferentes pontos de vista e categorias profissionais. Lançado poucos dias após a divulgação da proposta de reforma, o movimento Pela Verdade na Previdência reúne os maiores institutos de Direito Previdenciário e Seguridade Social do Brasil, além de advogados, professores e especialistas no tema. A partir de contato feito em janeiro de 2017, o Senge passou a apoiar a articulação. Outros sindicatos e entidades paranaenses também estão sendo convidadas a se somar ao movimento. Uma página no Facebook com o nome do movimento tem sido a principal ferramenta de mobilização.

Ainda no bojo da reação do campo jurídico, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Nacional protagonizou o lançamento, em janeiro, de uma carta pública assinada por cerca de 170 organizações.

O documento exige a suspensão da tramitação da PEC 287 no Congresso "até que se discuta democraticamente com a sociedade, de forma ampla, mediante a realização de audiências públicas que possibilitem a análise de estudos econômicos, atuariais e demográficos completos, a fim de que se dê a devida transparência aos dados da Seguridade Social".

A luta contra a reforma da previdência também está no centro das mobilizações da Frente Brasil Popular, cuja articulação é nacional e a composição é principalmente de movimentos populares, sindicatos e organizações políticas. Março terá três datas de mobilização nacional: 8 de março, Dia Internacional da Mulher; 15 de março, convocado como Dia Nacional de Luta contra a Reforma da Previdência; e 31 de março, data que marca o aniversário do golpe militar de 1964. As ações também serão realizadas em Curitiba.

SEGURIDADE SOCIAL É SUPERAVITÁRIA

Fonte: Dados de 2015 divulgados pela ANFIP

Reforma da previdência: entre a benevolência e o direito

*Por Valter Fanini**

Uma nova proposta previdenciária não sairá nem dos governos que têm visão imediatista, vinculados aos ciclos eleitorais, nem do setor financeiro, que tem foco nos lucros de curto prazo, mesmo que sejam às custas da falência e da extinção dos fundo que administram.

Em condições ideais de existência, temos dois períodos de nossas vidas em que não participamos diretamente da produção dos bens e serviços que consumimos: a infância e a velhice. Na infância, a responsabilidade da produção do que consumimos ficam com nossos pais, eles são obrigados a produzir um excedente além de suas necessidades próprias para nos sustentar. Na velhice, o que nos garante a sobrevivência é a renda poupada na fase adulta quando estamos no mercado de trabalho.

Tomando isto como verdade, temos dois caminhos para a nossa aposentadoria: a utilização de nossa poupança ou a dependência da benevolência de outrem, filhos, parentes ou terceiros piedosos. Qual das duas alternativas você escolheria? Duvido que em sã consciência alguém diga que preferiria a segunda à primeira.

Já a algum tempo, os estados nacionais tomaram para si o papel de organizar coletivamente os sistemas previdenciários de aposentadorias. Neste caso, o Estado captura uma parte da renda do trabalho via contribuições compulsórias de patrões e empregados para formar um fundo previdenciário. Da mesma forma que os indivíduos, o Estado também pode escolher um dos caminhos que mencionamos: ou investe a renda capturada e amplia o capital produtivo que garantirá a ampliação da renda nacional futura, ou torra a grana deixando os poupadores na dependência da benevolência dos que estiverem na fase produtiva.

Por incrível que pareça, o Estado brasileiro sempre escolheu o modelo irracional de previdência. Gastou e não investiu a poupança capturada dos trabalhadores.

O regime de fluxo de caixa do sistema previdenciário brasileiro, onde a contribuição dos que trabalham deve cobrir integralmente as aposentadorias dos trabalhadores, equivale à escolha individual de viver da benevolência dos outros. Neste caso, da benevolência compulsória de quem está em atividade e recolhe a contribuição previdenciária.

O modelo racional seria o regime de capitalização do fundo de pensão, onde os recursos capturados pelo sistema previdenciário são investidos na formação do capital nacional e o trabalhador em sua velhice se torna um acionista deste capital, vivendo da renda produzida pelo capital que gerou – empresas, infraestruturas, tecnologias, etc -, e não da extração compulsória da renda de quem permanece ativo.

> Se bem administrado, o sistema público de previdência é o que apresenta os menores riscos e o que pode trazer os melhores benefícios individuais e coletivos.

Previdência privada e dívida pública

Diriam alguns de imediato que por isso sou a favor da previdência privada. Ledo engano. O que tem feito, sem exceção, os fundos privados de pensões? Aplicado maciçamente seus recursos em títulos da dívida pública, que são remunerados com juros extraídos do tesouro nacional - formado exclusivamente por impostos sobre a produção da renda nacional. Ou seja, previdência privada ou previdência pública estão todos pendurados na contribuição dos trabalhadores ativos, seja através da contribuição previdenciária ou de impostos.

Esta é a armadilha que nos enfiou a histórica irresponsabilidade da administração da poupança previdenciárias nacional. Como sair dela?

A saída anunciada pelo atual governo Temer, com a PEC 287, formulada pelas elites econômicas que mandam no governo, é aumentar tempo de contribuição e arrochar os proventos. Sob o ponto de vista contábil parece ser uma solução. Do ponto de vista econômico e social, não.

A maior oferta de mão de obra no mercado, não acompanhada do aumento do capital produtivo e da demanda efetiva, tende a criar uma legião de trabalhadores desempregados que pressionarão os salários para baixo, deprimindo a demanda e produzindo mais recessão econômica.

Sistema público

A saída racional é a de colocar o sistema previdenciário a favor da formação do capital produtivo nacional, transformando cada trabalhador em um acionista deste capital. Porém, isso jamais será cogitado pelo governo que aí está, porque exigiria a confissão da maioria das grandes mazelas nacionais por onde vazam as receitas públicas em direção ao capital não produtivo, a sonegação e aos privilégios de uma elite endinheirada na forma de privatizações dos ativos e dos serviços públicos, do pagamento de juros da divida pública, da regressividade do sistema tributário, dos benefícios fiscais, só para citar alguns dois mais importantes.

A garantia do sistema previdenciário público é dada pela totalidade da sociedade e vinculada ao desempenho da economia nacional como um todo, e não a determinado setor ou instituição financeira. Se bem administrado, o sistema público de previdência é o que apresenta os menores riscos e o que pode trazer os melhores benefícios individuais e coletivos. No entanto, sem controle social e entregue à sanha dos malfeitores que costumam habitar a política, jamais será administrado sob a ótica do interesse público.

Uma nova proposta previdenciária, que, além de garantir aposentadorias dignas, traga outros benefícios sociais e econômicos ao pais, não sairá nem dos governos que têm visão imediatista vinculado aos ciclos eleitorais e nem do setor financeiro, que tem foco nos lucros de curto prazo, mesmo que sejam às custas da falência e da extinção dos fundo que administram.

Desta forma caberá aos próprios trabalhadores a tarefa de propor à sociedade um novo modelo de Previdência Social, que seja integrado ao processo de formação do capital produtivo e não exclusivamente formador de dívidas de uma geração a serem pagas por outras. Neste processo as organizações sindicais têm o papel de principais protagonistas, não podendo continuar na posição passiva que têm se mantido até aqui.

*** É engenheiro civil, pós graduado em Administração Pública, mestre em Desenvolvimento Econômico e integrante da diretoria do Senge.***

Senge amplia base de negociações e espaços de defesas dos engenheiros

Com um aumento de 25% em comparação ao ano anterior, em 2016 o Senge participou de 50 negociações de acordos e convenções em todo o Paraná, na luta pela manutenção e ampliação das conquistas dos profissionais de engenharia.

A expansão do setor de negociações do Senge vem garantindo mais acordos e negociações para os engenheiros. Nos últimos anos, o volume de negociações dobrou. Somente em 2016, o aumento foi de 25% em comparação a 2015.

Num plano geral, as negociações salariais em 2016 não foram promissoras. Retração econômica alinhado a um discurso patronal de corte salarial e posicionamento políticos do Congresso de tolhimento dos direitos dos trabalhadores acarretaram numa variação média de reajustes salariais negativa de 0,50% abaixo da inflação.

Segundo levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), 39% das negociações do primeiro semestre de 2016 resultaram em reajuste abaixo do INPC, ou seja, o "pior desempenho das negociações por reajustes salariais de primeiro semestre desde 2003".

Na outra ponta, mesmo em um cenário econômico adverso, o Sindicato dos Engenheiros vem contrariando essa lógica e ampliando cada vez mais o número de negociações de acordos e convenções coletivas. Se em 2015 sindicato fechou cerca de 40 instrumentos de trabalho, em 2016 foram 50 o total de campanhas salariais e acordos. O aumento, de 25%, representa mais espaços para defender os interesses e direitos dos profissionais de engenharia.

"Não é apenas um documento a mais assinado pelo sindicato, mas sim o futuro de milhares de engenheiros. Isso significa que estamos avançando enquanto a crise política e econômica está pressionando os sindicatos. E neste cenário, estamos mantendo direitos e ampliando conquistas", afirma o diretor de negociações do Senge, Leandro Grassmann.

A participação do Senge nas negociações salariais da Urbanização S.A (Urbs) foi um dos novos espaços abertos pela entidade. Esta foi a primeira vez que o Senge, junto com o sindicato majoritário, Sindiurbano, representou os profissionais de engenharia no ACT. Não foi a primeira vez, no entanto, que o Senge atuou na defesa dos interesses da categoria na Urbs. Em 2007, após ingressar com ação coletiva na Justiça, o Sindicato firmou acordo de conciliação no qual a empresa reconheceu a obrigatoriedade de pagamento do piso profissional. A vitória beneficiou praticamente todos os engenheiros, em alguns casos dobrando o salário.

"É importante destacar que a abertura de novas frentes de defesa dos engenheiros em negociação não é apenas uma disputa simbólica. Num momento em que pautas contra os direitos trabalhistas são aprovados às pressas no Congresso e em que há o risco de se aprovar no Supremo Tribunal Federal (STF) a supremacia do negociado sobre o legislado, ou seja, que o que é negociado tenha mais força do que o previsto em lei, é mantendo a união da categoria e tendo peso nas negociações que poderemos fazer a diferença na manutenção e avanço das conquistas dos engenheiros", destaca Grassmann.

Os avanços conquistados, no entanto, não necessariamente têm se revertido em novas cláusulas, como aponta Grassmann. "Frente a retração econômica e as investidas de setores conservadores da sociedade aos direitos trabalhistas, manter as conquistas anteriores já uma grande vitória. É isso que temos conquistado no último ano de negociações, com um índice ou outro acima da inflação ou um avanço maior em algumas cláusulas sociais. Mas manter firme os direitos conquistados em negociações anteriores já mostra o poder da mobilização da categoria junto ao Sindicato nas negociações".

VOCÊ CONHECE O PASSO A PASSO DAS NEGOCIAÇÕES SALARIAIS? CONFIRA AQUI!

Acordos e convenções coletivas, debates sobre banco de horas e redução de jornada, reuniões para definir participação nos lucros e outros temas de discussões fizeram parte da pauta de negociações finalizadas pelo Sindicato durante 2016. E o trabalho para chegar a um acordo é demorado e cansativo. O que parece uma simples atuação burocrática, na verdade é o resultado de reuniões, debates, assessoria especializada e muita negociação.

Veja ao lado as etapas da negociação coletiva.

1 Formação de pauta

A primeira etapa é a unificação da categoria junto ao sindicato em assembleias de formação de pauta, que é o conjunto das reivindicações a serem levadas pela entidade à empresa ou ao sindicato patronal. Na assembleia os trabalhadores debatem e aprovam a pauta e a participação do Sindicato nas negociações.

2 Reuniões de negociação

Com a pauta aprovada já nas mãos da empresa ou do sindicato patronal, começam as reuniões de negociação das reivindicações. O sindicato, no processo de negociação, defende os direitos e os pleitos dos seus representados frente a empresa ou sindicato patronal.

No caso do Senge, o enfrentamento recebe auxílio de assessoria jurídica e econômica especializada, na produção de pareceres que embasam a defesa do Sindicato, além de assessoria de comunicação, para fazer a ponte da entidade com os seus representados e atuando na informação

3 Assembleia geral

Uma vez definida em mesa uma proposta para o acordo ou convenção de trabalho, o Sindicato convoca a categoria para deliberar se aprova ou não a proposta e para definir os próximos passos da negociação. Se for aprovada, a proposta encerra o acordo, que segue para redação final e trâmite de registro junto ao Ministério do Trabalho. Em caso de negativa, o Sindicato volta à mesa de negociação e busca avançar nas reivindicações indicadas pela categoria.

4 Dissídio e Greve

Quando a negociação chega ao limite e não há avanço entre o Sindicato e trabalhadores e a empresa ou sindicato patronal, os trabalhadores podem ou promover paralisação das atividades, que é a greve, e tem um caráter de pressional o avanço das negociações, ou recorrer ao campo jurídico a mediação nas negociações por meio de dissídio coletivo de trabalho. Neste caso, o dissídio deve ser sempre acompanhado da aceitação das duas partes.

Ações trabalhistas e defesa no campo jurídico

Com departamento jurídico interno e convênio com assessoria jurídica especializada nos campos do direito trabalhista, previdenciário e administrativo, o Senge, como representante dos direitos e interesses dos engenheiros, atua fortemente no campo jurídico em prol da categoria.

Há anos o Sindicato acumula conquistas jurídicas que beneficiam os profissionais e busca a efetivação dos direitos dos trabalhadores. Em 2016, pouco mais de R$ 6 milhões foram pagos em indenizações a cerca de 170 engenheiros como resultado de ações ingressadas em anos anteriores e conquistadas pela assessoria do Sindicato.

No mesmo ano, foram inúmeras ações judiciais ingressadas por engenheiros com a assessoria do Senge, das quais 46 no campo do direito trabalhista – como licença-prêmio, pagamento do piso profissional, reenquadramento salarial, dentre ouros temas -, 4 no campo previdenciário e 10 no campo administrativo – como aplicação de progressão funcional no serviço público.

Aposentadoria especial e revisão de previdência estão entre as ações ingressadas junto ao Senge

Piso profissional em debate

No Senge-PR, evento reuniu entidades de engenharia, arquitetura, veterinária e química em defesa do Salário Mínimo Profissional

Em 2016, além dos avanços nas negociações, o Senge também atuou fortemente na defesa do piso profissional, um dos principais direitos dos engenheiros e agrônomos. Ano passado, a Lei Federal 4.950-A, que prevê o piso da categoria, completou cinco décadas. Em comemoração à data, o Senge promoveu debate com a participação de engenheiros e de outras categorias com piso profissional também abrangidos pela lei.

A ação, como apontado pelo vice-presidente do Senge, Valter Fanini, representou muito mais que comemorar o piso. "Mais que um momento de celebrar o cinquentenário do Salário Mínimo Profissional, um direito que abrange milhares de trabalhadores, o debate em torno do piso serviu como um momento de união das categorias profissionais e das entidades que as representam pela manutenção desse direito e pela sua real efetivação, para reafirmar a unidade de defesa do nosso piso profissional".

Além do evento, outras duas vitórias mostram o avanço da categoria na defesa do direito dos engenheiros, que foram as conquistas no campo jurídico da aplicação da lei para os engenheiros da Companhia de Habitação Popular do Paraná (Cohapar) e para os profissionais da empresa de telefonia OI. Nos dois casos, o Senge, junto com a assessoria jurídica, consegui na justiça que as empresas respeitassem o piso profissional.

Em defesa da Copel e da Sanepar como empresas públicas

Aprovada às pressas pelo Governo, venda das ações da Copel e Sanepar cobrirão "rombos" de uma má gestão na administração do estado

Em mobilizações, audiências públicas, debates junto à sociedade civil e nas votações na Assembleia Legislativa o Senge participou ativamente contra a aprovação de projeto do governo que previa a venda do excedente das ações do estado nas duas estatais.

"Defender o patrimônio paranaense é defender o futuro da engenharia no estado. A Copel e a Sanepar são empresas públicas que empregam centenas de engenheiros e detém um grande capital tecnológico. É estratégica a sua manutenção nas mãos da população, revertendo os ganhos em investimento no próprio estado", afirma o diretor do Senge e engenheiro da Copel, Cícero Martins Júnior, presente nas manifestações em prol das estatais.

Apesar dos esforços das entidades, a medida foi aprovada pela maioria dos deputados. Em dezembro passado o governo colocou no mercado as ações da Sanepar à venda. Das 207 milhões de ações da estatal vendidas, 45% foram para fundos de investimento e cerca de 40% foram para investidores estrangeiros.

Segundo relatório da Sanepar, o lucro líquido da estatal em 2016 foi de R$ 626,8 milhões, 43,1% superior ao resultado líquido de R$ 438,4 milhões registrado no mesmo período de 2015. A Receita bruta da Sanepar foi de R$ 3,7 bilhões, ou seja, 17,5% em comparação a 2015, de R$ 3,1 bilhões.

Campanha salarial na Sanepar agrega dezenas de sindicatos em defesa de mais de 8 mil trabalhadores

"Vamos lutar para que o resultado positivo da empresa seja refletido nas negociações", afirma Angela Doubek, diretora do Senge.

As reivindicações dos engenheiros, geólogos e geógrafos da Sanepar para as negociações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) deste ano já estão nas mãos da empresa. A pauta, enviada pelo Senge à Sanepar, contém as reivindicações dos trabalhadores reunidas em assembleias do Sindicato com a categoria, promovidas em Curitiba, Cascavel, Pato Branco, Francisco Beltrão, Maringá, Londrina e Foz do Iguaçu.

Integrada com outros sindicatos que representam as demais categorias na Sanepar, a data-base das negociações é em março. As negociações na Sanepar beneficiam mais de 8 mil funcionários da empresa, dos quais cerca de 450 profissionais de engenharia.

"Esperamos que as negociações deste ano sejam frutíferas e que possamos ampliar os direitos dos engenheiros. Um dos principais argumentos que podemos usar é o resultado positivo da Sanepar em comparação ao ano anterior. Em 2016, a empresa lucrou mais de R$ 600 milhões, valor 43% superior aos R$ 438 milhões de 2015. Parte significativa desse resultado positivo é fruto do trabalho dos funcionários, e vamos lutar para que isso seja refletivo no acordo deste ano", defende a diretora-secretária do Senge, Angela Doubek.

Dentre os itens de natureza econômica da pauta dos engenheiros, destaca-se a reposição de 100% da inflação acumulada, a garantia do respeito ao piso profissional da categoria, prevista pela lei federal 4.950-A e pagamento de abono salarial de 1,2 salários nominais somado de parcela fixa de R$ 2.387,00.

Já nas cláusulas sociais, dentre as apresentadas pelos profissionais, destaca-se a de coibição de casos de assédio moral, pela qual a empresa se compromete em criar até junho deste ano uma comissão com integrantes da empresa e representantes dos trabalhadores, para analisar casos de assédio moral.

Engenheiros definem reivindicações para o setor eletroeletrônico

A pauta contendo os pleitos dos profissionais de engenharia que atuam no setor eletroeletrônico foi protocolada pelo Senge e as negociações com o sindicato patronal devem começar ainda em fevereiro.

As reivindicações foram debatidas pelos engenheiros em assembleia realizada pelo Senge em Curitiba. Após finalizada, a convenção coletiva beneficiará, segundo cadastro do Senge, cerca de 800 profissionais de engenharia que atuam em mais de 50 empresas do setor, como Electrolux, Denso do Brasil, Britânia Eletrodomésticos, Erickson Telecomunicações e Toshiba.

Calendário de negociações

Confira no calendário as próximas datas-bases de negociações do Senge e fique por dentro da defesa dos direitos dos engenheiros.

- **Março:** Setor Eletroeletrônico e Sanepar
- **Abril:** Crea-PR e Compagas
- **Maio:** Setor de engenharia consultiva, Urbs, Esteio, Codapar e BDM Engenharia
- **Junho:** Negociação nacional da Conab e do setor da Federação do Comércio

Presidente do Senge percorre estado debatendo reivindicações dos engenheiros do Crea

Cerca de 70 engenheiros que atuam na fiscalização profissional junto ao Conselho de Engenharia e Agronomia do Paraná (Crea-PR) serão representados pelo Senge nas negociações do Acordo Coletivo de Trabalho deste ano. A pauta do Senge, unificada com a do sindicato majoritário, o Sindifisc, e contendo as reivindicações de todos os trabalhadores já foi entregue ao Crea.

Este é o terceiro ano em que o Senge participa das negociações. As reivindicações dos engenheiros foram definidas após assembleias do Sindicato em Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava, Cascavel, Maringá, Apucarana e Londrina, todas com a participação do presidente do Senge, Carlos Roberto Bittencourt.

De acordo com Bittencourt, o acompanhamento das assembleias também serviu para abrir o debate sobre outras solicitações e demandas da categoria, bem como esclarecer dúvidas dos engenheiros quanto ao impacto de algumas medidas em trâmite no Congresso, como a reforma da previdência.

Em Ponta Grossa, regional do Senge vai à Câmara contra aumento de imposto no setor de construção civil

aRede
Aconteceu Tá na rede!
PONTA GROSSA CAMPOS GERAIS COTIDIANO MIX INSANA ESPO

Senge vai contra aumentos de impostos de PG

Ponta Grossa
18 DE JANEIRO DE 2017 19:30
11 compartilhados
Imprimir
Relacionadas
Homem armado assalta comércio na Ronda
Confira as vagas na Aeência

FOTO: REPRODUÇÃO

Em Ponta Grossa, regional do Sindicato dos Engenheiros se manifesta contrária ao aumento de ITBI e ISS.

Manifestação da regional do Senge contra o aumento de impostos do setor de construção foi destaque na imprensa local.

Contrária ao aumento de impostos que podem prejudicar ainda mais o setor de construção civil em Ponta Grossa, a regional do Senge enviou ofício aos vereadores da cidade para que recusem as propostas de lei da prefeitura que pede aumento do Imposto Sobre Transmissão de Bens Móveis (ITBI) e do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS) a partir de 2018.

"O setor de construção civil tem sido um dos principais afetados com a instabilidade econômica atual, e medidas como essa de aumento de impostos prejudica ainda mais a área. Agora, além da retração de investimento no setor, os profissionais terão que se apertar ainda mais com tributos ainda maiores. Os impactos negativos do aumento do ITBI e ISS serão ainda mais duros para os profissionais autônomos, que contam com pequenas estruturas e assessorias para a execução das obras", critica a diretora da Regional, engenheira civil Margolaine Giacchini.

Os aumentos propostos pela prefeitura são de 60% na alíquota do ISS e de 50% no percentual do ITBI. Com isso, se aprovados os projetos, ficará mais cara a transferência de imóveis, bem como os impostos para empreitadas em obras de construção civil e em serviços de reforma de edifícios e de empreitada ou subempreitada de obras em hidráulica, elétrica e de telecomunicações.

SENGE-PR
ENGENHEIRO/A
PAGAR O IMPOSTO SINDICAL PELO SENGE CUSTA MENOS E VOCÊ TAMBÉM FORTALECE A ENGENHARIA.
ACESSE SENGECOMVOCE.COM, BAIXE A GUIA E PAGUE ATÉ 28/02.
NÃO DEIXE QUE DESCONTEM UM VALOR MAIOR DE SEU SALÁRIO SE VOCÊ PODE ECONOMIZAR.
O imposto sindical é obrigatório para qualquer trabalhador/a. Mas, pagando pelo Senge, é mais em conta, pois aqui o cálculo é baseado no piso profissional de dezembro do ano passado. E você ainda ajuda a fortalecer a entidade que há mais de 80 anos luta pela engenharia e para fortalecer a nossa profissão, sempre buscando cada vez mais direitos e valorização para os/as engenheiros/as. Sua participação faz toda a diferença.